Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, Dezembro de 2022

Proibido vender e comprar: o caso da remoção das feiras livres na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.

Clarissa dos Santos Veloso
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
clarissaveloso25@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar como as feiras livres realizadas na Praça da Liberdade entre 1969 e 1991 passaram a ser vistas como um problema público, que demandou ação estatal de realocação desses eventos pela administração municipal de Belo Horizonte. O presente artigo visa analisar como foram construídas narrativas a respeito das "feiras-problema" pelos agentes envolvidos: mídia, academia, poder público, feirantes e frequentadores. São utilizadas como fontes de dados matérias jornalísticas e trabalhos acadêmicos e literários sobre Praça. A análise dos discursos sobre as feiras revela que elas foram condenadas como apropriação que depredava patrimônio natural e arquitetônico. A mídia teve papel principal na publicização do problema. Em suas construções argumentativas, mídia, poder público e intelectuais atuaram como empreendedores morais enquadrando o comércio das feiras e seus consumidores como uma apropriação inconciliável com espaços públicos de valor patrimonial e de poder como a Praça da Liberdade.

Palavras-chave: Sociologia dos problemas públicos; Praça da Liberdade; feiras livres; espaço público.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, Dezembro de 2022

It's forbiden to sell and purchase: the case of fair´s removal at Praça da Liberdade, Belo Horizonte.

Clarissa dos Santos Veloso
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
clarissaveloso25@gmail.com

Abstract

This paper analyzes how fairs held in Liberdade Square between 1969 and 1991 became a public issue, which demanded state action for the reallocation of these events by the municipal administration of Belo Horizonte. It's analyzed how narratives were built at the time by the agents involved: media, academia, public authorities, vendors, and attendees. Journalistic materials and academic and literary works about the square were used as data sources. The analysis of the speeches about the fairs reveals that they were denounced as an appropriation that damaged natural and architectural heritage. The media played a major role in publicizing the problem. In their argumentative constructions, the media, public authorities, and intellectuals acted as moral entrepreneurs, framing the fairs and their consumers as an irreconcilable appropriation with spaces of symbolic value and power such as Liberdade Square.

Keywords: Sociology of public issues; Praça da Liberdade; fairs; public space.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o caso da remoção das feiras livres da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, sob a luz das discussões sobre construção social de problemas públicos, isto é, aqueles que são objeto de conflito, controvérsia e decisões na arena da ação pública (GUSFIELD, 2014). As feiras surgiram na Praça da Liberdade em 1969 e, inicialmente, eram apenas feiras de artes e artesanatos. Num curto espaço de tempo, novas feiras foram criadas. O crescimento do número de feiras, consumidores e de expositores, com a expansão do comércio de produtos industrializados, gerou conflitos entre feirantes, poder público, consumidores e moradores da região, o que levou à transferência dos eventos para outras localidades da cidade no início da década de 1990.

Problemas públicos são situações enquadradas como tal por meio de um processo, uma sucessão de acontecimentos e realizações práticas e discursivas que competem para algo ser interpretado como ocorrência problemática pública (BECKER, 2012) e as feiras da Praça da Liberdade se tornaram um problema público. Esse "tornar-se", com suas dimensões simbólicas e materiais e enfatizando processual (BECKER, 2012), é o que interessa para a análise deste artigo.

Materiais jornalísticos sobre as feiras na Praça da Liberdade constituem os principais dados analisados. A coleta foi realizada no acervo do jornal Estado de Minas e na hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, o que possibilitou acessar outras publicações de outros periódicos de grande circulação na capital mineira cujas reportagens noticiaram o caso das feiras à época.[1] Ademais, utilizo trabalhos acadêmicos sobre a história da Praça da Liberdade, bem como fontes literárias daqueles que registraram memórias e vivências ligadas a esse espaço público belo-horizontino. Na análise dos discursos priorizo os sentidos que podem ser apreendidos. Os textos, em suas formas oral ou escrita, são aglomerados de discursos nos contextos das suas condições de produção. Eles incluem subconjuntos que possibilitam identificar que os sujeitos que os proferem não são apenas indivíduos, mas resultados – e ao mesmo tempo representantes – de um coletivo que é, concomitantemente, subjetivo e objetivo (LIMA, 2003).

Este artigo está estruturado em seis partes. A primeira parte apresenta uma abordagem teórica sobre a construção social de problemas públicos. Em seguida, apresento a trajetória histórica da Praça da Liberdade, ressaltando a importância simbólica e histórica desse espaço para a cidade de Belo Horizonte, bem como seus diversos usos ao longo do tempo. A história da realização das feiras na Praça é apresentada na terceira seção. Posteriormente, analiso o caso da remoção das feiras na Praça respondendo às seguintes questões: Como as feiras passaram a ser identificadas como problema público? Quais narrativas foram tecidas em torno da formulação desse problema? Quem eram os atores envolvidos? Quais papéis foram desempenhados pela mídia na publicização das feiras como um problema público? E nas considerações finais reflito sobre a remoção das feiras-livres, os atores envolvidos no processo e seus argumentos e o tombamento de patrimônio imaterial.

1 Agradeço às equipes do acervo do Jornal Estado de Minas e da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa pela disponibilidade e, especialmente, aos funcionários Juliana e Eduardo, que foram extremamente solícitos ao colaborar com a minha pesquisa.

A construção social dos problemas públicos: breve abordagem teórica

Na obra *La cultura de los problemas públicos: el mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente*, Joseph Gusfield (2014) toma como base o ato de conduzir alcoolizado nos Estados Unidos para discutir como situações se transformam em problemas públicos. É raro que os temas de debate e ação pública surjam de maneira imediata e clara como problemas, objetos de ação. Os problemas vinculados à maioria dos temas de interesse público surgem depois que se desenrolam acontecimentos e processos, de modo que a nomeação de um problema implica assumir formas e narrativas sobre a questão. Para utilizar o exemplo de Gusfield (2014), "falar do problema de conduzir alcoolizado já implica assumir o caráter do fenômeno (a seguridade da via)" (p. 67, tradução nossa). Antes de se constituir e ser formulado como tal, o problema público passa por um procedimento de construção. Ele se forma a partir de um processo seletivo entre realidades múltiplas potenciais e possíveis. Todo problema passa por fases de construção, que serão especificadas mais adiante (GUSFIELD, 2014).

Ademais, nem tudo que é problema num determinado local e contexto temporal, é problema em outras localidades e épocas: "O que é notório e visível em um período histórico pode não ser em outro. Os temas e problemas públicos podem aparecer e desaparecer intermitentemente da atenção pública." (GUSFIELD, 2014, p. 70). Do mesmo modo, "nem todas as situações que as pessoas experimentam como dolorosas chegam a constituir assuntos de gestão pública, nem metas de ação pública." (GUSFIELD, 2014, p. 67). O divórcio, por exemplo, constituiu-se como um problema público no Brasil com várias mudanças ao longo das décadas referente às influências do catolicismo nas normas, às legislações vigentes em períodos distintos, com clara estigmatização e responsabilização das mulheres, e às esferas de ação federal (ALMEIDA, 2010; DARZE, 2007).

A distinção entre problemas sociais e problemas públicos se dá a partir do fato de nem todos os problemas sociais serem, ou virem a ser, públicos. Isto é, nem todos os problemas se formam como tema de conflito ou de controvérsia na arena da ação pública, nem todos contam com dependências que os atendam e nem com movimentos que atuem para resolvê-los. Dewey (1927) argumenta que a diferença entre problemas públicos e privados está relacionada ao que é público e ao que é privado. A partir dessa distinção é constituído o público de um problema. Um problema público envolve ações cujas consequências afetam direta e indiretamente os sujeitos, tidos como público do problema. Ele interpela sujeitos que não estão entre aqueles diretamente atingidos pelas consequências das ações ou situações. Ao contrário, além das pessoas diretamente afetadas e às suas vidas privadas, todos os membros de uma comunidade política se sentem indiretamente concernidos, compartilhando a "consciência pública" do problema (DEWEY, 1927). A noção de público do problema evidencia, portanto, uma grande diversidade de atores: "[…] todos que são afetados pelas consequências indiretas de transações que julgam necessário observar sistematicamente" (DEWEY, 1927, p. 95). Essa perspectiva sobre o público possibilita que, no processo de publicização do problema, agentes sociais se distanciem da situação problemática, sejam capazes de criticá-la por meio de análise, de denúncia ou de reinvindicação, e de transformá-la em um objeto de investigação, de interrogação e de intervenção (DEWEY, 1927; 1938)

O processo de surgimento, configuração, estabilização e institucionalização dos problemas públicos pode ser pensado como o resultado de forças de conflitos ou de interesses que se põem em

jogo em diferentes setores: esferas da ação pública, assembleias, laboratórios, fóruns de discussão (GUSFIELD, 2014 *apud* CEFAI, 2014). As fases do processo de tornar determinada situação um problema para a sociedade consistem em: identificar o problema, publicizá-lo, delimitar o problema e argumentar em torno do mesmo, construindo discursos e narrativas ao seu respeito (GUSFIELD, 2014).

Com algumas diferenças em relação a essas fases, para Blumer (1971 *apud* CEFAI, 2014) a construção dos problemas públicos passa por cinco etapas. A primeira se refere à emergência do problema, de modo que uma situação passa a ser questionada quanto a sua normalidade por grupos sociais. Em seguida, o problema deve passar por uma legitimação enquanto problema. A terceira etapa diz respeito à mobilização, isto é, à reunião de apoio, ao fazer escutar-se no espaço e esfera pública. Na quarta fase, as autoridades elaboram as respostas, uma espécie de plano de ação que, na etapa seguinte e final, é colocado em prática. Esse modelo já prevê a entrada do problema na agenda, de modo que são mobilizados recursos e ações públicas para sua solução. Segundo Erik Neveu (*apud* CEFAI, 2014), as cinco fases de construção dos problemas públicos são: identificar, enquadrar, justificar, publicizar ou popularizar e colocar na agenda das políticas públicas.

Os elementos do processo de publicização são quatro para John Dewey (1927). No primeiro momento a situação problemática é tornada pública, isto é, visível sem restrições através de operações de testemunho, investigação, experimentação ou discussão. Perturbações inicialmente não refletidas, mantidas em segredo em nome de princípios normativos, por conta de interesses particulares ou do universo da esfera íntima ou privada, são levadas à público. Em seguida, a situação problemática passa a ser o foco de dramatizações e argumentações nas quais o público, enquanto atividade coletiva, descreve circunstâncias, atribui causas, identifica autores e responsabilidades e elenca danos relacionados ao problema. No terceiro momento o problema público passa por um processo de institucionalização. Ele é assumido por coletivos, organizações e instituições, tornando-se pauta para tomadas de posição de agentes que detêm de poder de ação e influência, num jogo de aproximações e de oposições, de alianças e de conflitos. Por fim, o problema público é objeto de interpelação dos poderes públicos, a fim de que eles intervenham como juiz ou árbitro.

Ainda no que diz respeito aos problemas públicos e seus processos de construção social, o trabalho de Howard Becker (2008) sobre o desvio e seus praticantes é referência. O desvio diz respeito a um erro publicamente rotulado, algo que está fora das regras do grupo, sejam elas impostas por lei ou por acordos informais, que dizem respeito ao comportamento e às tradições. As regras são produto da criação de alguém e o desviante, praticante de desvio é rotulado. Nos processos de constituição do desvio, alguém chama atenção do público para um determinado assunto.

Os empreendedores morais, que podem ser categorizados como reformadores cruzados ou impositores de regras, estão relacionados aos processos de criação e aplicação de regras. Os reformadores cruzados (ou cruzados morais) estão interessados no conteúdo das regras e as regras existentes não são capazes de satisfazê-los, pois acreditam que "nada pode estar certo no mundo até que se façam regras para corrigi-lo" (BECKER, 2008, p 153). Para redigir regras sobre assuntos específicos, eles recorrem a especialistas, como juristas, advogados e agências governamentais. Desse modo, as regras serão formuladas adequadamente. O sucesso de uma

cruzada moral depende da formulação da regra sobre determinada situação e ação perante ela, bem como da imposição da regra. Os impositores de regras são as organizações responsáveis pela aplicação das regras criadas pelos cruzados morais. A polícia, por exemplo, é um dos impositores de regras que não está preocupada com conteúdo da regra, mas sim com sua imposição, já que ela é seu trabalho e o que lhe garante tal ocupação (BECKER, 2008).

Praça da Liberdade: lócus da fundação da capital mineira e espaço de sociabilidades diversas

Jardim da Praça da Liberdade,
Versailles entre bondes.
Na moldura das Secretarias compenetradas
a graça inteligente da relva
compõe o sonho dos verdes.
(Carlos Drummond de Andrade)

A Praça da Liberdade, três dos edifícios que a cercam e o Palácio da Liberdade foram construídos entre 1894 e 1897 para abrigar a sede do poder do estado de Minas Gerais após a transferência da capital de Ouro Preto para a região do antigo Curral Del Rei, atual Belo Horizonte.

Figura 1: Foto da festa de inauguração de Belo Horizonte na Praça da Liberdade
Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Conforme mostra a Figura 1, a Praça da Liberdade era uma grande esplanada de terra batida na época da criação da cidade. O seu primeiro projeto paisagístico foi implantado somente em 1904, sete anos após sua inauguração. Com estilo de jardim inglês, ele dividiu a Praça em duas alas, com canteiros, caminhos curvos, pequenas fontes, lagos e gramados, pontes de estilo rústico feitas de cimento que imitava madeira e árvores *ficus benjamina* plantadas à volta de toda a Praça (ver Figura 2). Além disso, são dessa época as palmeiras imperiais ao longo da alameda central e o coreto (CALDEIRA, 1998; FERNANDES, 2011).

Figura 2: Praça da Liberdade em 190
Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Para a visita dos reis belgas à Belo Horizonte, em 1920, um novo projeto paisagístico foi realizado. O estilo inglês foi substituído pelo paisagismo francês, caracterizado pelo geometrismo no desenho. O projeto do arquiteto paisagista Reinaldo Dieberger manteve o coreto e a alameda central com suas palmeiras. Os jardins e caminhos foram modificados e a Praça adquiriu fontes e canteiros e caminhos bem definidos, como mostra mais adiante a fotografia aérea na Figura 3 (CALDEIRA, 1998; FERNANDES, 2011).

Na Praça da Liberdade, as construções de moradias foram destinadas a uma camada social de alto poder aquisitivo[2], sendo que a região, como parte do Centro-Sul de Belo Horizonte, se consolidou e se mantém como local de moradia de classes média alta (MENDONÇA, 2008). Exemplos disso são tanto as habitações destinadas aos funcionários do governo recém-chegados de Ouro Preto, na época da inauguração da cidade, quanto edifícios construídos ao longo do século XX e mais recentes.

Em 1977, o conjunto de edifícios residenciais modernos, os prédios das secretarias, os palácios da Liberdade e dos Despachos e a própria Praça são patrimônios tombados pelo IEPHA-MG, pelo Decreto nº18.531. Em 1991, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPM-BH) protegeu as edificações da Praça por meio de um processo administrativo, o que incluiu o Conjunto Urbano da Praça da Liberdade, a Avenida João Pinheiro e adjacências. A importância do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade liga-se, portanto, ao seu valor histórico, político e sociocultural por

2 No planejamento da nova capital mineira, bairros da zona urbana da cidade, delimitados pela Avenida do Contorno, foram projetados para as pessoas de alto poder aquisitivo e de posições altas na hierarquia social, principalmente para os funcionários públicos que vinham transferidos de Ouro Preto. Essa área contava com infraestrutura sanitária, lotes bem delineados, ruas e avenidas largas. Operários, pessoas de baixo poder aquisitivo e imigrantes foram relegados aos terrenos exteriores à Avenida do Contorno ou às regiões mais periféricas da cidade, ambas sem infraestrutura urbana adequada (ANDRADE, 2004).

abrigar durante mais de um século o centro do poder do estado de Minas Gerais, por ser palco de muitas manifestações oficiais e civis e por se constituir em um espaço público importante na vida da cidade, palco de distintas formas de sociabilidade (AUTOR, 2014).

Desde sua criação até os dias de hoje, a Praça se mantém como um local de encontro e convívio. Durante a primeira metade do século XX, ela foi, sobretudo, o local para o *footing*, para flertar e namorar ou para conversar nos jardins. Nela também aconteciam, e ainda acontecem, eventos oficiais e extraoficiais como manifestações, paradas militares, retretas aos domingos e protestos populares (CALDEIRA, 1998; AUTOR, 2016).

O uso pelas feiras livres, como veremos na seção a seguir, teve lugar entre 1969 e o início da década de 1990, quando a Praça foi fechada para reforma e restauro de seus jardins, passeios e mobiliário. Após essa reforma houve uma mudança nos seus usos, com a proibição de vendedores ambulantes e um maior controle sobre os comportamentos no seu espaço. Catadores de materiais recicláveis e vendedores ambulantes foram proibidos e o policiamento constante não permitia que as pessoas se sentassem na grama e nem que os bancos fossem usados para se deitar, além de outras condutas consideradas como indesejáveis. A Praça se firmou como um espaço de contemplação, com usos e comportamentos muito regulados e com os seus jardins sempre cuidados (AUTOR 2014; AUTOR 2016). Como expressão de uma cultura de cuidado com a saúde e o corpo, a Praça também passou a ser utilizada para prática de atividades físicas diversas, como caminhada, corrida, dança, entre outras.

Em 2010 foi criado o Circuito Cultural Praça da Liberdade (CCPL), um conjunto de museus e centros culturais que foram instalados nos prédios públicos do entorno da Praça. O CCPL tornou-se possível após a transferência da administração pública do estado de Minas Gerais para um novo centro administrativo, na região norte da cidade. A partir de então, teve início a reforma dos prédios para o seu posterior uso como museus e centros culturais. À estes foram incorporados outros espaços preexistentes de natureza cultural, todos localizados nas adjacências da Praça (ver Figura 3).

Figura 3: Fotografia aérea da Praça da Liberdade com espaços do CCPL ao redor
Fonte: IEPHA, s.d.

Com o CCPL, aumentou o número de pessoas que frequentavam a Praça durante toda a semana e de eventos, como apresentações teatrais e shows infantis e adultos. Usos mais livres do espaço se destacaram, com pessoas sentadas na grama e próximas às fontes, fazendo piqueniques, bem como a circulação de turistas e de grupos de estudantes ou de associações sociais em excursões ou passeios programados aos espaços do CCPL (AUTOR, 2014; AUTOR, 2016).

A comercialização de produtos, como na época das feiras, voltou para Praça, mas de forma restrita e controlada[3]. Vendedores ambulantes de brinquedos e alimentos, como bolos, doces, picolés e pipoca, têm no público da Praça e do CCPL suas clientelas (AUTOR 2014; AUTOR 2016). A compra e venda, no entanto, difere substancialmente daquelas realizadas e posteriormente condenadas na época das feiras, como veremos na próxima seção.

3 A prefeitura de Belo Horizonte regula atividades exercidas por vendedores ambulantes por meio de códigos de postura, editais, processos seletivos e outras medidas. Ver: https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/informacoes/ambulantes para exemplos.

A trajetória das feiras livres na Praça da Liberdade: das artes para poucos às mercadorias para consumo de massas

É dia de feira
Quarta-feira
Sexta-feira
Não importa a feira
É dia de feira
Quem quiser pode chegar
Vem maluco
Vem madame
Vem maurício
Vem atriz
Pra comprar comigo
(A feira – O Rappa)

O uso da Praça para realização de feiras livres teve início em novembro de 1969, quando foi criada a Feira de Artes e Artesanatos (ver Figura 4). Essa feira acontecia aos domingos e a iniciativa foi de um grupo de artistas plásticos e críticos de arte. Ela foi assumida pelo poder municipal como forma de lazer da população e de divulgação turística da cidade (CALDEIRA, 1998).

Figura 4: Feira na Praça da Liberdade em 1969
Fonte: Jornal Estado de Minas

O trecho abaixo relata as intenções iniciais do evento:

> Um dia tiveram a ideia de levar arte ao povo, como já acontecia em vários países da Europa. Da ideia à concretização do fato foi rápido. Jornalistas, críticos de arte, diretores de galerias reuniram-se com artistas plásticos, artesãos e, logo surgiu o movimento apoiado pelo Departamento do Turismo. (Jornal Estado de Minas 1992).

O objetivo da feira de "levar arte ao povo", como ação inspirada na Europa, inclui a ideia da divulgação das artes que integram uma cultura de elites. Tais manifestações culturais

são apropriadas e produzidas por um grupo seleto de pessoas, detentores de capitais cultural e econômico e de *habitus,* que os possibilitam deter dos códigos de apropriação daqueles espaços e objetos. O grupo responsável pela fundação da feira era formado, sobretudo por pessoas letradas, sujeitos dominantes no campo da cultura (BOURDIEU; DARBEL, 2007). Se num primeiro momento a prefeitura apoiou e motivou a realização das feiras na Praça, ela foi, posteriormente, a responsável pela ação de removê-las do local, como veremos mais adiante.

Inicialmente, aos domingos de Feira, um número reduzido de artistas e artesãos se reuniam para expor e vender seus trabalhos para um público também pequeno e restrito. Nos outros dias da semana a Praça desempenhava a função de local de encontro e lazer. Quatro anos após a inauguração da Feira, no entanto, ser artesão não era mais necessário. Com o tempo, o evento foi ganhando contornos comerciais e tornou-se sucesso de público, atraindo muitos consumidores e comerciantes de várias partes da cidade. O artesanato passou a ser um suplemento e começaram a preponderar produtos industrializados, conforme relata o trecho a seguir:

> No início, participaram artistas consagrados. [...] O número de expositores era pequeno, mas mesmo assim podiam ser vistos trabalhos de várias escolas e tendências, todos os domingos, a partir das 8 horas. Além da arte, o artesanato também era diversificado, indo desde bonecas de pano, passando por trabalhos em couro, madeira, e ainda a parte de bijuterias, bastante variada. (...) **Mas, nos primeiros anos, já se sentia que os falsos artesãos começaram a invadir a praça.** (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1992)

Em consonância com o sucesso da feira dominical, outros eventos da mesma natureza começaram a acontecer na Praça no decorrer da semana. Para as quintas-feiras, foi criada a Feira Extraordinária de Produtos Artesanais[4]. Em 1981, a Feira de Flores e Plantas passou a acontecer às sextas-feiras e, no mesmo ano, foi criada aos sábados a Feira de Antiguidade e Comidas Típicas. Essa última teve o intuito de atrair um público mais seleto, de grupos sociais mais sofisticados, para valorizar o artesanato e a arte de qualidade. Rapidamente, no entanto, o evento voltou-se para as comidas, não necessariamente típicas e atraiu grupos de classes mais baixas em busca de diversão (CALDEIRA, 1998; CARSALADE; LEMOS, 2011). Segundo Caldeira (1998), a feira de comidas "foi se transformando num autêntico botequim a céu aberto" (p. 118).

Nesse período de criação e ampliação das feiras, entre 1969 e início da década de 1980, o conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade foi tombado pelo IEPHA-MG em 1977, o que representou um ato simbólico que nada interferiu na realização dos eventos. O fim da década de 1980 representou o auge do crescimento das feiras. Elas atraíam consumidores e feirantes de Belo Horizonte e região e chegaram a ter 3.200 expositores. A proporção das feiras era geradora de contratempos para a Praça e seu entorno. Dentre eles, o barulho, o trânsito intenso, o lixo que era deixado na Praça, o desrespeito às limitações dos canteiros e gramados, que tiveram suas vegetações muito prejudicadas em função das barracas neles montadas e da circulação de pessoas, entre outros incômodos para os moradores da região e para aqueles que passavam pelo local (CALDEIRA, 1998; CARSALADE; LEMOS, 2011).

4 Não foi possível descobrir por meio das referências e dados utilizadas para o presente artigo informações sobre a data de criação dessa feira. Supõe-se, no entanto, que sua criação se deu entre 1970 e 1972.

Apesar de não estarem datadas, as fotos das Figuras 5 e 6 ilustram as formas de apropriação do espaço da Praça da Liberdade por feirantes e consumidores:

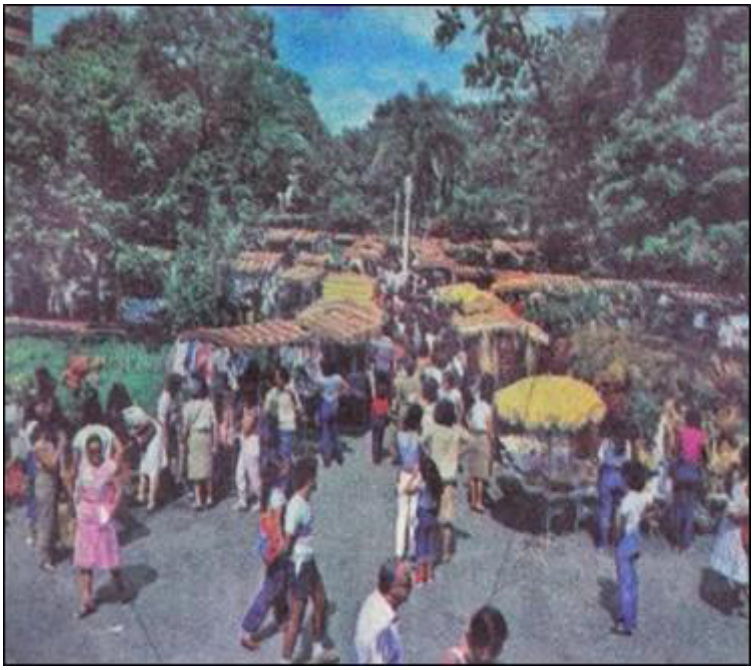

Figura 5: Feira na Praça da Liberdade. Imagem sem data.
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte

Figura 6: Alameda central durante feira. Imagem sem data
Fonte: Jornal Estado de Minas

Iniciado em 1989, o processo de remoção das feiras gerou uma negociação que durou cerca de dois anos. Começou a ser discutida a necessidade de restaurar a Praça da Liberdade, assunto polêmico que contava com três principais grupos de agentes. O primeiro compreendia o público das feiras e os feirantes, que ocuparam o espaço por cerca de 20 anos e que, na maioria, se recusavam a sair da Praça. A comunidade de moradores e frequentadores da Praça era um grupo de insatisfeitos com o estado de degradação do espaço público patrimonial devido à realização das feiras. Por fim, o poder público, que apoiava a restauração da Praça.

Os conflitos em torno das feiras enquanto problema público envolveram a administração da Regional Centro-Sul do município de Belo Horizonte, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o IEPHA, empresas de consultoria de engenharia de trânsito, desenho industrial, arquitetura e urbanismo e o Comitê Solução da Praça da Liberdade (ou Comitê Pró-Praça). O Comitê foi criado pelos expositores quando a prefeitura anunciou sua intenção de mudar o local das feiras, passou a desenvolver intensas campanhas de preservação das feiras na Praça, tentando mobilizar a opinião pública para a defesa dos interesses dos expositores.

Com respaldo da opinião pública, que em pesquisa realizada pela prefeitura apoiava a restauração completa da Praça e, consequentemente, a retirada das feiras, o poder público municipal de Belo Horizonte decidiu remover as feiras da Praça da Liberdade. No dia 10 de fevereiro de 1991 foi realizada a última Feira de Arte e Artesanato na Praça da Liberdade, pondo fim a uma tradição de ocupação do espaço que durou 22 anos.

Com as feiras transferidas para outros espaços da cidade, teve início a reforma da Praça da Liberdade, viabilizada por parceria público-privada entre o Estado e as Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), empresa que depois passou a ser controlada pela companhia Vale. Terminadas a reforma e a restauração, a Vale ficou responsável pela manutenção dos jardins da Praça por meio do programa municipal Adote o Verde.[5] A feira dominical, inicialmente chamada Feira de Artes e Artesanatos e conhecida como Feira Hippie, foi transferida para a Av. Afonso Pena, onde acontece aos domingos até os dias de hoje.

O caso das feiras livres na Praça da Liberdade enquanto problema público: atores, narrativas, conflitos e medidas tomadas

Na primeira seção deste artigo destacamos que os problemas públicos são construídos socialmente, com a identificação de causas, consequências e de atores envolvidos. Isso se dá por meio daqueles que criam as regras e normas e pela sociedade, que passa a enxergar uma situação, que antes considerada como normal, como um problema público (CEFAI, 2014). A intenção deste artigo é compreender em quais termos as feiras livres na Praça da Liberdade passaram a ser entendidas como um problema público.

Retomando as quatro fases do processo de construção dos problemas públicos, segundo Gusfield (2014), temos para esta análise a identificação das feiras como problema a partir do momento que sua realização ocasionou os contratempos diversos já citados e, como desdobramento, teve sua adequação questionada. Assim, o problema delimitado – a Praça da

5 Trata-se de uma parceria entre a administração municipal e a iniciativa privada para a manutenção de parques, praças, jardins, canteiros centrais de avenidas e demais áreas verdes públicas da cidade. O problema é que as áreas centrais, de maior visibilidade e que reúnem população com maior poder de consumo e opinião, acabam sendo as mais procuradas pelas empresas.

Liberdade não comporta a realização das feiras nas dimensões alcançadas, pois elas causam danos diversos ao espaço público e ao seu patrimônio – teve construído em seu entorno narrativas diversas a partir da literatura, da academia, de representantes de órgãos públicos e, sobretudo, da mídia.

As narrativas sobre as feiras quando elas tomaram grandes dimensões questionavam seus prós e contras e a viabilidade de sua continuidade. Esses discursos são oriundos de fontes diversas que incluem: o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH); o poder público; manifestações literárias; a academia; os feirantes; os frequentadores e consumidores; e a mídia, sendo essa última a principal veiculadora das posições de comerciantes e públicos das feiras. Já se discutia a remoção das feiras da Praça, isto é, na conjuntura do conflito sobre a viabilidade de continuação da realização dos eventos, eles já demandavam atenção na esfera pública e ação do poder público municipal.

As narrativas elencadas a seguir expressam o momento de dramatizações e argumentações do processo de publicização dos problemas. O público, enquanto atividade coletiva, descreve circunstâncias das *feiras-problema*, apontando as causas da situação problemática, os seus responsáveis e os danos gerados para o espaço público (DEWEY, 1927).

De acordo com um conselheiro do CDPCM-BH:

> O calendário das feiras ocupava os dias de quinta, sexta, sábado e domingo e, nos intervalos, a Praça passava por uma limpeza. A realização das feiras era responsável pelo lixo deixado nos gramados, caminhos e fontes da Praça; pelos canteiros pisoteados e pela vegetação que não se regenerava devido à frequência da montagem das barracas e da circulação de muitas pessoas; e pelo barulho na vizinhança. (...) os danos mencionados eram de responsabilidade dos feirantes, dos frequentadores e também do poder público, omisso em resguardar a integridade e o uso adequado de espaços culturais sob sua proteção legal. (LANA, 1990)

Ao sublinhar os malefícios que as feiras causavam, ponderações sobre as mais diversas benesses da realização das feiras – como a oferta de oportunidades de encontro e lazer e de comercialização de produtos diversos para geração de renda – não são aventadas ou contrastadas com os danos causados pelos eventos. Ao apontar os responsáveis, no entanto, o Conselheiro aponta uma multiplicidade de atores – os feirantes, os frequentadores das feiras e o poder público – culpando mais enfaticamente o último, responsável pelo resguardo da integridade e uso adequado de espaços culturais sob sua proteção legal.

No universo da literatura, a crônica *O tempo e o vendaval* de Célius Áulius denuncia a utilização da Praça pelos feirantes:

> (...) Pois estava eu, justamente, lembrando os tempos de *footing*, a olhar as velhas palmeiras da praça agora com verde corroído pelas lagartas de mariposa negra, sentido o cheiro de um manacá tardio, quando vi, lá em cima, no topo do talo mestre um bem-te-vi safado gritando para mim. Ao meu lado, em vez da barraca horrível esquecida por um artesão descuidado, cheirava um jasmineiro todo branco, enchendo de flores o banco de tábuas verdes, como na Casinha Pequenina que se encantava naqueles dias. (ÁULIUS, 1996)

Com elogios nostálgicos ao patrimônio natural da Praça, às formas de sociabilidade do passado e ao antigo mobiliário da Praça, a crônica incita e valoriza um uso contemplativo do espaço público. Enquanto isso, critica durantemente as apropriações pelas feiras nas menções às barracas e ao artesão qualificado como descuidado.

As representações das feiras pelo discurso acadêmico também enfatizam os danos causados para a Praça. A sua importância enquanto espaço público para encontro e sociabilidade é mencionada, mas quando têm como circunstância as feiras prevalecem os contratempos gerados:

> A multiplicação das feiras fez da Praça um caos onde não sobravam espaços livres. Apesar de sua relevância na vida social, as feiras depredavam o espaço da Praça e o seu entorno. (ALBANO *et al*, 1984).
>
> A ‘’festa’’ passou a constituir ir referencial maior; atraindo grande número de consumidores, provenientes de todas as regiões de Belo Horizonte, que não respeitavam limitações ou canteiros e, juntamente com os próprios comerciantes, que muitas vezes despejavam seu próprio lixo ou o óleo de frituras nos jardins, passaram a ‘’consumir’’ também a praça. A voracidade que a devorava a ela não ficou restrita, espalhando vendedores ambulantes por todo o entorno. Barulho, trânsito congestionado e outras mazelas passaram a infernizar quem morava ou trabalhava por ali. A reação libertária esboçada na apropriação alternativa da praça havia perdido seu simbolismo para a máquina trituradora consumista. (CARSALADE; LEMOS, 2011)

Albano *et al* (1984) descreve a Feira de Antiguidade e Comidas Típicas como evento onde acontecia roda de samba, batucada e banda de música e onde havia cerveja. A subversão dos usos inicialmente pensados para essa feira demonstram que a população, ao se apropriar dos espaços, pode reverter os significados dos espaços que lhe são impostos ao criar formas de uso e ordens próprias que vão além e, por vezes, contrapõem, aquilo que os planejadores pensaram. Conceituadas por Leite (2007) como contra-usos, essas apropriações envolvem transgressão de normas e regras, sejam elas explicitadas por leis e mecanismos de controle ou mais ou menos implícitas nos planos para apropriação dos espaços públicos. Um contra-uso normalmente demanda que sejam articulados mecanismos de controle e vigilância a fim de evitá-lo ou proibi-lo, com a possível instalação de barreiras físicas e simbólicas, para afastar os sujeitos e usos indesejados (LEITE, 2007), como sugere o caso aqui analisado.

Além dos discursos acadêmicos e literários, interessa analisar as comunicações da mídia, sobretudo jornais e revistas, sobre a realização das feiras e compreender seu papel para a publicização dos eventos enquanto problema público. Os problemas públicos, ao serem representados pela mídia, experimentam, por meio do tratamento jornalístico, ‘’um verdadeiro trabalho de construção que depende muito amplamente dos interesses próprios deste setor de atividade” (CHAMPAGNE, 2008, p. 63).

Os problemas que atraem a atenção midiática são mal-estares para jornalistas, com representação pública que é explicitamente construída para “interessar aos jornalistas, ou então aqueles que, por si mesmos, atraem os jornalistas porque são ‘fora do comum’, ou dramáticos, ou emocionantes, e por isso comercialmente rentáveis, pois estão de acordo com a definição social do acontecimento digno de ‘ser manchete’.” (CHAMPAGNE, 2008, p. 63). Nas reportagens observa-se a construção de um discurso que acusa feirantes e consumidores de depredarem a Praça e seu patrimônio e que cobra, por parte do poder público, medidas para a solução do problema.

As feiras na Praça, enquanto objeto digno de manchete e comercialmente rentável para os jornais, constituem-se como acontecimento na medida em que demandam tratamento, são vistas como escândalo e assim noticiadas na mídia. Afinal, pela logística implícita nas

narrativas midiáticas, a Praça da Liberdade é um espaço público de importância histórica e simbólica para Belo Horizonte, além de sede do poder do estado de Minas Gerais. Ela não condizia, portanto, com o cenário de depredação causado pelas feiras e com apropriações festivas e voltadas para o consumo, por parte de públicos diversos e, inclusive, formados por classes sociais mais baixas.

Na reportagem "A Feira indo para o brejo", Anna Marina critica a venda de produtos industrializados e o acesso da população de baixa renda às feiras, atrelando o sucesso – o aumento e a diversificação de público e de comerciantes – ao deterioramento:

> A decadência [da feira] começou com o sucesso, curiosamente. Na medida em que o setor de comidas & bebidas transformou-se no programão da zona norte, o interesse pelas antiguidades foi diminuindo – e os expositores foram deixados entregues a sua própria sorte. [...] O nível dos frequentadores foi caindo – e criou-se então um círculo vicioso: caiu também o tipo de mercadoria exposta. Como o controle foi relaxado começaram a vender de tudo nas barracas: desde antiguidades mesmo (de vez em quando ainda aparecem coisas muito boas) até vidro comprado no Mercado ou na Santos Dumont. Sem falar na quinquilharia contrabandeada do Paraguai, chinesices e vidros. (MARINA, 1990)

Na mesma esteira, a publicação "Patrimônio da Praça é destruído pelas feiras" afirmou que "(...) o volume descontrolado adquirido pelas feiras além de uma série de desvios quanto aos objetivos iniciais de sua criação, exigem medidas de orientação desses eventos, em defesa da preservação do patrimônio da Praça da Liberdade" (JORNAL HOJE EM DIA, 1989).

Outro ponto sobre as narrativas midiáticas sobre as feitas são as cobranças feitas ao poder público, tanto a Prefeitura Municipal quanto órgãos estaduais, para que fossem tomadas medidas:

> A Praça da Liberdade foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico. [...] Aquele órgão fica, agora, na obrigação de defendê-la, para as atuais e as gerações futuras. Essa defesa poderia fazer-se sentir através de uma fiscalização mais severa (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1986)

> Não existe mais fiscalização na feira. O negócio foi relaxando até chegar a esse ponto. [...] Roberto Martins [administrador da Regional Centro-Sul na época] tem que tomar uma providência enérgica logo. Permitir essa degringolada de uma boa ideia é que não está nada certo. (MARINA, 1990)

Em suma, além de denunciar os malefícios da realização das feiras e sua incompatibilidade com *aquele* espaço da cidade, os trechos acima resgatam os objetivos iniciais das feiras para argumentar sobre o crescimento e a popularização dos eventos como motes para desvirtuá-los de sua vocação inicial, como se interações sociais e apropriações do espaço público pudessem se cristalizar no espaço e no tempo e como se produtos industrializados, seus vendedores e consumidores fossem desvios e desviantes (BECKER, 2008). O espaço público é, ao menos em tese, o lugar da diferença e da heterogeneidade por ser acessível a todos. Daí que seus usos sejam dinâmicos e fluidos em sua essência e, pela sua acessibilidade a todos, geradores de conflitos e reveladores de desigualdades e hierarquias (CALDEIRA, 2003; ANDRADE *et al,* 2009).

As falas de feirantes e consumidores revelam insatisfação quanto à remoção das feiras da Praça e quanto à sua transferência para outras localidades. Apesar de alguns se mostrarem

otimistas quanto à mudança de lugar e apoiarem a reforma da Praça, nota-se o sentimento de insegurança quanto à nova localidade das feiras, sobretudo por parte dos feirantes. A Figura 7 traz foto tirada de reportagem do Jornal Estado de Minas quando já havia sido publicada a decisão da PBH de interromper as feiras.

Consumidores e feirantes opinam

"Estou deprimida com tudo isto. A gente sempre conviveu na mais santa paz. Há mais de 20 anos é da feira que tiro, junto com o meu marido, o sustento de nossa família. Fizemos desta feira a nossa vida e não acumulamos riquezas aqui, só a alegria do nosso trabalho. Se é que existem distorções na feira não podemos esquecer que foi a crise econômica que provocou seu inchaço e quem está aqui só está querendo defender seu sustento e sua dignidade. Não vou desacatar a lei, mas espero que a prefeitura volta atrás nesta injustiça. Estamos muito inseguros com o que vai acontecer, pois vivemos do que lucramos semanalmente. Se a feira da avenida fracassar nós é que vamos pagar".

Maria Badaró — florista — (credenciada há 20 anos para as duas feiras)

Fotos/Paulo Filgueiras

"Vamos para a avenida sem saber o que irá acontecer. É o mesmo que começar tudo de novo e foi uma luta para chegarmos até aqui. Exponho há oito anos só nas feiras de quinta. Moro em Conceição do Pará, mas se o pessoal for mesmo fazer vigília vou manter aqui aminha barraca. Concordo que é preciso sanear a feira tirando quem não é realmente artesão, mas acho que a avenida não é o melhor local. Talvez provisoriamente, até que a praça seja restaurada. Estou confiante no apoio dos vereadores e da população para que possamos voltar tão logo a praça fique pronta".

Marco Antônio Melo — tecelão

"Estou triste com o fim das feiras na Praça da Liberdade. Acho que precisava mesmo ser feita alguma coisa para evitar a confusão, mas acho que não será a mesma feira na avenida Afonso Pena. O clima é outro. Na minha opinião deveriam ter selecionado os verdadeiros artesãos e permitido que somente eles ficassem na Liberdade, tanto às quintas como aos domingos. As duas feiras nunca foram a mesma coisa. Eu, por exemplo, sempre preferi as de quinta, pois no domingo vem muita gente de fora, muitos turistas. Não creio que irei freqüentar a feira da avenida Afonso Pena como freqüentava a da Praça".

Bernadete Teixeira — consumidora

"Concordo que as feiras tinham que sair da Praça da Liberdade. Para mim vai ser a mesma coisa, só vai mudar o local. É uma pena porém, não ter feira também nas quintas. Ia ser uma grande festa fechar a avenida à noite, um dia por semana. Acho que depois que consertarem a praça e terminarem as obras os verdadeiros artesões poderiam voltar para lá. Mas se a feira da Afonso Pena for mesmo definitiva vou freqüentá-la do mesmo jeito que sempre freqüentei a da Praça da Liberdade. Para o turismo, aliás, é bem melhor na Afonso Pena, mais perto dos hotéis.

Carlos Humberto — consumidor

Figura 7: Consumidores e feirantes falam sobre a transferência das feiras
Fonte: Jornal Estado de Minas

Os feirantes não constituíram um grupo homogêneo em termos de narrativas e argumentos. Os feirantes mais antigos, que ocupavam a Praça há mais tempo, estavam insatisfeitos com a *invasão* das feiras por produtos industrializados. Parte deles era contra a retirada das feiras da Praça (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1995). Expositores que estavam há menos tempo na Praça apoiavam a transferência, desde que ela não lhes gerasse prejuízos quanto ao rendimento das vendas. Tanto entre feirantes antigos quanto entre aqueles recém-chegados, havia aqueles que acreditavam que a Praça precisava ser restaurada. Alguns dos feirantes chegaram a argumentar argumentavam que não sairiam do local e em movimento de mobilização coletiva eles chegaram a propor a adoção da Praça, formando o Comitê Pró-solução da Praça da Liberdade. Essa articulação para reivindicar suas demandas, no entanto, não teve resultados positivos (CALDEIRA, 1998). Fica como questão a ser explorada o porquê desta mobilização não ter surtido efeitos entre os próprios feirantes, vista a heterogeneidade desse grupo, e na esfera pública como um todo.

O poder público, por sua vez, utilizou como respaldo para a retirada das feiras da Praça uma pesquisa realizada com a população de Belo Horizonte. Segundo os resultados dessa pesquisa, dos 1.170 entrevistados, 95,4% eram favoráveis à restauração da Praça. Entre os moradores da região da Praça da Liberdade, a aprovação era de 95.6% (CALDEIRA, 1998). Em 1991 todas as feiras saíram da Praça e foram transferidas para outros espaços da cidade e teve início a reforma para restauração da Praça.

Considerações finais

A reportagem "Cenas de BH – Liberdade revive o domingo na Praça" foi publicada pelo Jornal Estado de Minas em fevereiro de 1992, quando a Praça já havia sido restaurada. O trecho a seguir explicita o reestabelecimento de alguns usos do espaço público:

> Um ano depois [da última feira realizada na Praça], os domingos na praça ficaram bem diferentes, com crianças, adultos e adolescentes passeando entre seus jardins, sentados nos bancos e assistindo ao espetáculo da fonte luminosa. Agora, os domingos na praça da Liberdade são autênticos domingos na praça. (...) Não há mais comércio na praça. (...) Depois de um ano, a praça, totalmente recuperada, é da cidade, de todos belo-horizontinos. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1992)

Prevalece nas narrativas anteriores e nessa última um tom normativo sobre as apropriações adequadas do espaço público. Designa-se um antagonismo entre patrimônio cultural e natural preservado e usos comerciais e festivos do espaço público de valor patrimonial, impossibilitados de coexistir no tempo e lugar.

A existência de feiras livres tombadas como patrimônio imaterial convida a refletir sobre o caso da remoção das feiras na Praça da Liberdade. Na época, a justificativa do poder público para a medida teve como argumento principal, além do suposto apoio da população para essa ação, o fato desses eventos estragarem o espaço público, dando-lhe caráter comercial, que impedia usos *adequados*. Nota-se aí uma falsa oposição entre espaço público e comércio, que acabou por embasar argumentos de atores diversos sobre as feiras na sua configuração como um problema público caso tivessem lugar na Praça da Liberdade. O espaço público foi representado como lugar para contemplação e apreciação do patrimônio natural e cultural. O comércio, por sua vez, aparece como fruto do sistema capitalista, incompatível com a Praça,

espaço de valor patrimonial.

O intuito aqui não é de acusar o estado e/ou de defender a realização das feiras livres na Praça da Liberdade, mas de refletir sobre o potencial cultural e de sociabilidade desses eventos em diálogo, e não oposição, com o usufruto e a preservação do patrimônio natural e cultural. Algumas feiras e mercados localizados em espaços públicos já foram protegidos como patrimônio imaterial pelo IPHAN – como a Feira de Caruaru, em Pernambuco, e a Feira de Campina Grande, na Paraíba[6] – ou por conselhos patrimoniais municipais, como é o caso das feiras livres de Barbacena, em Minas Gerais (G1 ZONA DA MATA, 2021).

Por comportarem possibilidades múltiplas de usos, entre os quais se encontra o comércio (MARINHO, 2014), os espaços públicos demandam de acordos e controle público. Se, numa primeira ocasião, as feiras na Praça da Liberdade foram autorizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte, posteriormente elas foram retiradas pela própria administração municipal. A falta de controle dos eventos serviu como justificativa para a sua condenação.

O que também se revela na decisão da prefeitura de Belo Horizonte de remover as feiras é que esse uso da Praça é menos problemático do que quem a usa dessa forma. Entre as principais preocupações do poder público – e nas representações literárias, acadêmicas e midiáticas sobre as feiras, que faziam quórum às intenções da administração pública – estava o fato delas serem local de lazer e consumo para população de baixa renda. Na publicização das *feiras-problema* pela mídia também fica explícita esse tipo de posição. Como revelam suas construções argumentativas, em conjunto, mídia, poder público e intelectuais atuaram como empreendedores morais no enquadramento de desvios e desviantes (BECKER, 2008) nas/das feiras da Praça da Liberdade.

6 Ver: IPHAN, s.d.

Referências Bibliográficas

ALBANO, Celina; Lemos, Celina Borges; Werneck, Nísia Duarte; Menicucci, Telma Maria Gonçalves. "A Cidade na praça: poder, memória, liberdade." Comunicação apresentada no VIII Encontro Anual da ANPOCS, no GT Estudos Urbanos: Representações Políticas, Águas de São Pedro, outubro, 1984.

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. "Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977". Tese de Doutorado, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1233

ANDRADE, Luciana Teixeira de. A Belo Horizonte dos modernistas. Belo Horizonte: C/ Arte, 2004.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; JAYME, Juliana Gonzaga; ALMEIDA, Rachel de Castro. "Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles". Cadernos Metrópole, 21: 131-153, 2009. https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5959.

ÁULIUS, Célius. BH 100 anos nossa história. Estado de Minas, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1996.

BECKER, Howard. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 2008.

BECKER, Howard. Rendre la sociologie pertinente pour la société. SociologieS [Online], Débats, La situation actuelle de la sociologie, mis en ligne, maio, 2012. Disponível em http://journals.openedition.org/sociologies/3961.

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

CALDEIRA, Junia Marques. "Praça: território de sociabilidade - uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte". Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2003.

CARSALADE, Flávio; LEMOS, Celina Borges. Liberdade: História, Arte e Cultura. Belo Horizonte: Líder Aviação, Instituto João Ayres, 2011.

CEFAI, Daniel. Investigar los problemas públicos con y más allá de Joseph Gusfield. In: Gusfield, Joseph. La cultura de los problemas públicos. El mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: Bourdieu, P. (Org.) A miséria do mundo. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

DARZE, Luciana Macedo. "História e direito: divórcio e condição feminina na documentação judicial do Rio de Janeiro (1832-1889)". Dissertação de Mestrado em História Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13093

DEWEY, John. O público e seus problemas. Cf. Hickman, Larry A. & Alexander, Thomas. The Essential Dewey, vol. 1: Pragmatism, Education, Democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998: pp. 281-292, 1927.

DEWEY, John. Logic: Theory of Inquiry. New York: Henry Holt, 1938.

FERNANDES, Ludmila Dias. "As praças cívicas das novas capitais brasileiras". Dissertação de Mestrado), Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de Brasília, 2011. https://repositorio.unb.br/handle/10482/9947

G1 ZONA DA MATA. "Feiras livres são tombadas como patrimônio imaterial de Barbacena.". G1, 21 de março de 2021. https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2021/03/21/feiras-livres-sao-tombadas-como-patrimonio-imaterial-de-barbacena.ghtml

GUSFIELD, Joseph. La cultura de los problemas público. El mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 2014.

JORNAL ESTADO DE MINAS. "Mais fiscalização". Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, 2 de setembro de 1986.

JORNAL ESTADO DE MINAS. "Cenas de BH – Liberdade revive o domingo na Praça." Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 1992.

JORNAL ESTADO DE MINAS. "Feira Hippie ocupou espaço 22 anos". Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 1992.

JORNAL HOJE EM DIA. "Patrimônio da Praça é destruído pelas feiras". Jornal Hoje em Dia. Belo Horizonte, 7 de outubro de 1989.

LANA, Ricardo. Conjunto urbanístico da Praça da Liberdade e Avenida João Pinheiro: uma proposta de preservação. Belo Horizonte: PBH, Regional Centro-Sul, 1990.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2007.

LIMA, Maria Emília A. Torres. "Análise do discurso e/ou análise de conteúdo". Psicologia em Revista, 9, no. 13 (junho), pp. 76-88, 2003.

MARINA, Anna. "A Feira indo para o brejo". Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, 3 de julho de 1990.

MARINHO, Marilene A. "O poder de um lugar: memórias, usos e representações do Largo do Coimbra, Ouro Preto, MG". Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUC Minas, PUC Minas, 2014.